

Diário do Legislativo de 15/07/1997

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 200ª Reunião Extraordinária

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 - ERRATAS

ATA

ATA DA 200ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 2 DE JULHO DE 1997

Presidência do Deputado Cleuber Carneiro

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Gilmar Machado; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 865/96; votação do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; rejeição - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.045/96; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.268/97; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 994/96; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.050/96; aprovação com a Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1 e as Emendas nºs 2 e 3 - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10/95; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - ENCERRAMENTO.

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Marcelo Gonçalves - Dilzon Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Aílton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Aducci - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Baldonede Napoleão - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Henrique - José Maria Barros - José Militão - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Maria José Haueisen - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmo Aloise - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila - Wilson Pires - Wilson Trópia.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Cleuber Carneiro) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 5ª-Secretária, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os Projetos de Lei nºs 1.180 a 1.182, 1.184, 1.185 e 1.193/97, em virtude de sua aprovação na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, bem como os Projetos de Lei nºs 1.183/97 e 658, 782, 888, 979, 1.042 e 710/96, que foram aprovados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã. Fez retirar, também, as Propostas de Emenda à Constituição nºs 9/95 e 27/97, o Projeto de Resolução nº 1.124/97 e os Projetos de Lei nºs 5/95 e 775/96, que foram aprovados na reunião ordinária deliberativa realizada hoje, à tarde; o Projeto de Lei nº 934/96, que foi rejeitado na mesma reunião; e, ainda, os Projetos de Lei nºs 1.217, 1.218 e 1.279/97, por não estarem preenchidos os pressupostos regimentais necessários à sua apreciação.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Gilmar Machado, em que solicita a inversão da pauta da reunião, de modo que a Proposta de Emenda à Constituição nº 10/95 seja apreciada em último lugar. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 865/96, da Comissão de Agropecuária, que dispõe sobre a ocupação, o uso, o manejo e a conservação do solo agrícola e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Agropecuária e Política Rural, que opina pela rejeição da Emenda nº 1. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 865/96 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, em 2º turno, os Projetos de Lei nºs 1.045/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, na forma do vencido em 1º turno - autoriza o Estado a doar ao Município de Poços de Caldas os imóveis que menciona e dá outras providências; e 1.268/97, do Deputado Pércles Ferreira - autoriza o Poder Executivo a oferecer garantia para refinanciamento, junto à União, da dívida externa do Estado de Minas Gerais (À Comissão de Redação.); e, em 1º turno, os Projetos de Lei nºs 994/96, do Deputado Dimas Rodrigues, na forma do Substitutivo nº 1 - estabeleça as diretrizes para a cooperação do Estado com o Consórcio Administrativo Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico dos Municípios Que Integram a Bacia do Baixo Verde Grande (À Comissão de Fiscalização Financeira.); e 1.050/96, do Deputado Gilmar Machado, com a Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1 e as Emendas nºs 2 e 3, ficando prejudicada a Emenda nº 1 - dispõe sobre o peso máximo tolerável do material transportado diariamente por alunos do pré-escolar e do 1º grau da rede pública (À Comissão de Educação.).

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10/95, do Deputado Miguel Martini e outros, que acrescenta alínea ao inciso XXIII do art. 62 da Constituição do Estado e dá outras providências (aprovação prévia pela Assembléia Legislativa da escolha de Presidente de entidades da administração pública indireta e de Diretores do sistema financeiro estadual.). A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, a proposta de emenda à Constituição. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, a proposta, salvo emenda. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Antes, porém, lembra ao Plenário que, nos termos do § 3º do art. 208 do Regimento Interno, a proposta de emenda à Constituição será aprovada se obtiver 48 votos favoráveis. Com a palavra, a Sra. Secretária, para proceder à chamada de votação nominal.

A Sra. Secretária (Deputada Maria Olívia) - (- Faz a chamada.)

- Respondem "sim" à chamada os seguintes Deputados:

Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Marcelo Gonçalves - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Adatao - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Baldonado Napoleão - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Gil Pereira - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Irani Barbosa - João Leite - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Henrique - José Maria Barros - José Militão - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Schettino - Pércles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmolo Aloise - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila - Wilson Pires - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente - Responderam "sim" 53 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 10/95. Em votação, a Emenda nº 1, que recebeu parecer pela aprovação. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Com a palavra, a Sra. Secretária, para proceder à chamada dos Srs. Deputados.

A Sra. Secretária - (- Faz a chamada.)

- Respondem "sim" à chamada os seguintes Deputados:

Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Marcelo Gonçalves - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Baldonado Napoleão - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Gil Pereira - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Irani Barbosa - João Leite - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Henrique - José Maria Barros - José Militão - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Schettino - Pércles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmolo Aloise - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila - Wilson Pires - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente - Responderam "sim" 52 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Fica, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 10/95 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 3, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

274ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 26/6/97

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Srs. Deputados; meus senhores e minhas senhoras; durante os últimos dias, precisei ausentar-me desta Casa, uma vez que tinha que cumprir com o dever de procurar por todos os meios e mais provas para apresentar ao Congresso, aliás, à Comissão de Assuntos Financeiros da Câmara

Federal. Decidiu aquela Comissão encaminhar à Polícia Federal pedido de apuração das nossas denúncias, por isto vivemos um momento de alegria, mesmo em situação de dor, por contemplar a corrupção e os momentos difíceis que atravessam a nossa Nação e segmentos tão importantes como o da Polícia Militar no nosso Estado. Tive, também, a satisfação de poder ver que constatada ficou a existência do esquema, de fortes indícios apontados por Deputados sérios naquela Casa, como o Deputado Nilmário Miranda; e fui gentilmente - eu diria com honra - recebido pelo Presidente da Comissão de Assuntos Financeiros da Câmara Federal, Deputado Arlindo Chinaglia, de São Paulo.

Acreditamos que o nosso País tem solução, mas ela passa primeiro pela limpeza, assepsia de nossa sociedade, a qual, sem dúvida, há de começar pelo Poder que pode tirar da cultura do nosso povo essa hedionda prática dos mediadores, das empresas de consultoria medianeira, que não somente exploram Prefeitos incautos, mas toda a Nação brasileira.

Este é um momento em que se tem de ser muito cauteloso; é um momento muito perigoso, e talvez o silêncio seja a melhor forma de esta Casa se portar ante a crise terrível das Polícias Civil e Militar do nosso Estado. Durante o fim de semana, estive envolvido inteiramente na busca da verdade em outro assunto também importante, mas ontem e hoje, pelos jornais, pude sentir a dor que deve estar sentindo o Governador Eduardo Azeredo. Digo isso porque ele está diante de um problema sério, que, às vezes, nos parece simples, mas é sério pelo fato de todos sabermos - e ele também - que a disciplina e a ordem são as principais necessidades para que qualquer instituição, qualquer corporação possa ter sucesso, especialmente em se tratando de corporação ou instituição militar.

Imagino a dor do Comando, mas também imagino a dor dos que estão enfrentando um momento de insegurança terrível: eles, que sempre foram encarregados da segurança, fazem movimento grevista em uma instituição que, com mais de 200 anos, nunca vivera um movimento de greve sequer.

Mas isso se dá, Srs. Deputados, porque nós, autoridades, talvez não tenhamos enfrentado anteriormente o problema. S. Exa. se lembra de que apresentamos uma proposta de emenda à Constituição, que será analisada pela Comissão competente, dando aos militares a mesma condição dos que trabalham em situação de insalubridade e, por trabalharem com o perigo, um adicional que pode ser de 40%. Esta Casa chamou os policiais militares para o debate em audiências públicas. Tivemos vários debates no ano atrasado e, no ano passado, uma audiência pública em que fomos ouvidos e ouvimos Tenentes-Coronéis, Tenentes, Sargentos, Cabos, Soldados, policiais civis e Delegados. Eu afirmo que estão registradas nos anais desta Casa (com dor no coração de todos que ouviam), as histórias tristes, os dramas terríveis de soldados e policiais civis que enfrentavam e certamente enfrentam esse drama, porque recebem um salário vil.

Reconheço que nosso Estado atravessa um momento difícil, como sei que muitos têm se aproveitado das oportunidades em que nosso Governador toma medidas impopulares. Sabemos que nosso Estado é inadmissível para atender, na sua maioria, as necessidades sociais, como o são os municípios que foram engordando a máquina com o passar do tempo, quando um Prefeito admitia uma série de correligionários, outro vinha e admitia outra série, um despedia, e o outro admitia mais. Hoje existem cidades que arrecadam R\$240.000,00 de FPM, como eu sei, e pagam quase R\$300.000,00 de folha de pagamento. É preciso enxugar a máquina. Mas é preciso enxugar exatamente por falta de uma política séria, globalizada, sem cartel, sem monopólios, sem compromissos escusos firmados - por aqueles que são eleitos - com empreiteiros e empreiteiras, que encarecem os preços de tudo e aviltam o homem, o trabalhador. Existem dificuldades, porque o Estado às vezes não tem como atender imediatamente à reivindicação dos Cabos, dos Soldados, dos Sargentos em desespero, porque, meus amigos, o assunto parece sério e delicado e parece inoportuno agora, mas eu lhe digo que, se nós nos colocássemos na posição deles, do Soldado que ganha R\$400,00 por mês, tendo que criar filhos, pagar aluguel e passagem de ônibus. O carcereiro, cujo salário líquido não chega a R\$200,00, é pai de dois filhos, paga o aluguel, tem que conviver morando na mais terrível favela!

Como queremos ter segurança? Mas como solucionar? Como cristão, digo que a solução está em Deus, e Deus coloca o seu Espírito e a solução em nosso coração: priorizando o homem, aumentando, já para o ano que vem, a participação no orçamento do Estado das verbas destinadas à segurança, que é tão importante quanto a saúde, porque a pessoa insegura adquire uma série de doenças psicossomáticas. A esses que nos garantem ou que têm o dever de garantir a segurança, esses que têm uma função no corpo superimportante, só posso afirmar uma coisa: dói se apertarmos o nosso braço, o nosso corpo; se você pisar num prego, vai sentir dor se o seu corpo for sadio. Se for um corpo leproso, não! Essa revolta, esse pedido de aumento de justiça, na verdade, é dor num corpo sadio. Ainda bem que está sadio, porque, apesar dos pesares, a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais constitui uma das melhores polícias do nosso continente.

Resta-nos agora orar a Deus para que S. Exa. o Governador seja iluminado e aconselhado por pessoas sábias, porque "na multidão dos conselheiros estão as sábias decisões"; para que seja assessorado por pessoas sérias e boas, porque temos responsabilidades, a começar pelas nossas instituições, como a Assembléia é uma instituição, como o Poder - Executivo e o Palácio são instituições, como a Igreja é uma instituição, também a categoria daqueles que garantem a segurança é uma instituição. Nós cremos que, se houver boa-vontade de todas as partes, havemos de ter, imediatamente, a solução. Conheço o problema e a dor do Comando da Polícia Militar, porque não se pode quebrar a disciplina, e jamais cremos que a polícia vai partir para a baderna, porque, se assim o fizer, estará indo contra aquilo pelo que sempre lutou. Mas cremos que a consciência das autoridades que podem resolver o assunto podem ser iluminadas de tal maneira que as reivindicações, que não são altas, possam ser atendidas; reivindicações não somente de uma categoria, mas a reivindicação do povo do Estado de Minas Gerais, que quer que haja justiça, que haja distribuição equânime de renda, que haja valorização do homem e de seu trabalho, de seu ministério. Isso acontecerá quando o Estado e os Poderes que mencionei forem os primeiros a dar o exemplo para as demais instituições. Muito obrigado.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público das galerias, imprensa, hoje, o jornal "Agora" publicou a seguinte manchete em Divinópolis: "Presos Amotinados desde Sábado Deixam a Cadeia sob Tensão". A cadeia pública voltou a ser um verdadeiro campo minado, e a possibilidade de confronto entre presos e policiais vem aumentando. Os presos da cela 3 estão amotinados desde a semana passada, e a situação aumenta o clima de tensão no local. A ausência de autoridades judiciárias é um dos motivos para o motim dos 24 presos da cela 3. Além disso, eles estão ocupando espaço suficiente somente para 6 presos, o que aumenta ainda mais o clima de revolta. A Polícia Militar não entra na cela nem mesmo para a revista que é feita diariamente. O jornal "Agora" traz a manchete: "Presos Confinados Deixam a Cadeia sob Tensão Mais Uma Vez".

Essa é a situação da cadeia pública em Divinópolis. Há mais de um mês, fiz um requerimento à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Presídios. (- Lê requerimento em que solicita seja realizada visita à cadeia pública do Município de Divinópolis com o objetivo de apurar denúncias de superlotação e condições subumanas vividas pelos presos que nela coabitam, a fim de esclarecer quais providências foram tomadas até o presente momento para resolver a questão do acondicionamento físico e do trato humanitário dos presos; qual a posição das Secretarias de Segurança Pública e de Justiça face à deficiente estrutura da cadeia, com a rebelião dos presos, ocorrida no dia 27 do corrente mês, quando eles renderam o Pe. Almir Pereira Lopes e a funcionária pública Nilza Pugas, durante o período de 23 horas; a quem cabe a responsabilidade do fato ocorrido.

Esse requerimento foi feito juntamente com a Promotora de Divinópolis e o Promotor. Foi feito com o respaldo da Promotoria, foi aprovado na Comissão e, não sei por que, se por razões políticas, a CPI não foi visitar essa cadeia. Estava marcada uma visita juntamente com a que seria feita a Itatina, cidade próxima de Divinópolis, atendendo a requerimento do Deputado Francisco Ramalho. E, até agora, nada foi feito, porque um Deputado falou que o problema da cadeia de Divinópolis já se encontrava resolvido, que já existia verba e a cadeia estava sendo construída.

Na realidade, houve um movimento de toda a sociedade de Divinópolis, a fim de arrecadar verba para a construção da cadeia.

Estamos aqui pedindo ao Secretário da Justiça, ao Secretário da Segurança Pública e a essa Comissão Parlamentar de Inquérito que não deixem de fazer essa visita. Essa reivindicação é de todo o povo de Divinópolis e dos presos que estão lá, em condições subumanas. Não estou defendendo os presos e sim um tratamento justo e humano para eles.

Fica, então, esse apelo à Comissão e aos seus componentes presentes, que tratem com seriedade esse problema e não o levem para o lado político. Nossa função não é atender Deputado, mas a comunidade, a cidade de Divinópolis.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, profissionais da imprensa, senhoras e senhores, ocupo esta tribuna no dia de hoje para fazer um comunicado. Antes de fazê-lo, gostaria de, publicamente, fazer um agradecimento. No dia de ontem, o Centro Nacional de Formação Tristão de Ataíde, órgão de formação do PSN - Partido Solidarista Nacional -, organizou e realizou nesta Casa seminário cujo tema era "Fé e Política - Inserção dos Cristãos na Política", quando pudemos trazer personalidades do mais alto nível. Trazzer palestristas do nível do Frei Luiz Maria Sartori, com 32 livros editados; do Dr. Guilherme Yepez Boscan, Deputado Federal do Partido Social Cristão da Venezuela, o maior partido social cristão da América Latina, ex-Embaixador na Nicarágua e ex-Ministro da Cultura; Dom Filippo, Bispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro; do ex-Prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias; enfim, personalidades que puderam debater, durante todo o dia, a questão da ética, da moralidade, do papel dos partidos políticos e, principalmente, do papel do cristão na vida pública como agente de transformações à luz da doutrina social cristã. Evento que trouxe lideranças não só de Minas Gerais mas de vários Estados do Brasil: Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Espírito Santo e outros, lideranças políticas e comunitárias de diversos municípios de Minas Gerais, de norte a sul, de leste a oeste deste Estado. Diversos sacerdotes também estiveram presentes durante todo o debate, quando tivemos presentes reunidos mais de 150 líderes, durante todo o dia.

Foi um evento que possibilitou a discussão de temas de extrema importância e necessidade para a sociedade mineira e também para o País. O meu agradecimento à Presidência desta Casa, ao Diretor-Geral, Dr. Dalmir de Jesus, à Dra. Sílvia Rubião, do Departamento de Comunicação, enfim a todos aqueles responsáveis por manter o trabalho desta Casa e que nos apoiaram de forma irrestrita, permitindo que o brilho desse evento fosse maior e os frutos ainda melhores para o nosso Estado. Agradeço aos pares desta Casa que, durante o dia inteiro, passaram por lá, participando dos debates nas conferências.

Às 18 horas, como programado, nos reunimos para uma solenidade em que formalizamos a nossa filiação ao PSN - Partido Solidarista Nacional. Nesse momento, pudemos contar também, de uma forma como nunca vimos, com o apoio, com a presença e com o incentivo dos companheiros do partido no qual militei durante todo esse tempo, do PSDB. Agradeço, de modo especial, à pessoa do Líder do PSDB, Deputado Arnaldo Penna, que, além de nos honrar com a sua presença, veio trazer a sua palavra de estímulo, de apoio e de reconhecimento, muito mais por sua bondade e generosidade do que propriamente pela competência deste parlamentar.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero, neste momento, comunicar a esta Presidência e a esta Casa, junto com todos os meus agradecimentos às pessoas aqui nominadas, que, a partir de ontem, dia 25 de junho de 1997, estamos fazendo parte de uma nova sigla partidária. Mais do que uma sigla, queremos que seja um verdadeiro partido, o nosso PSN - Partido Solidarista Nacional. Juntamente com outros companheiros, estaremos oferecendo a este País também contribuição na busca da transformação dessa sociedade, à luz da doutrina social cristã, do humanismo cristão, do social-cristianismo. Esperamos que seja uma contribuição dos cristãos para a transformação dessa sociedade, buscando mais justiça social, buscando igualdade maior, buscando na verdade corrigir distorções e apresentar alternativas para que nossa sociedade possa viver de forma harmônica e muito mais feliz.

Gostaria apenas de fazer um pequeno retrospecto da história desse partido, dizendo que não se trata mais de um partido que surge. É um partido com convicções profundas, firmadas numa doutrina com mais de 4 ou 6 mil anos de experiência. Estamos fundamentados na revelação, fundamentados na palavra de Deus, fundamentados em pensadores, em filósofos, em sociólogos, enfim, naqueles que puderam enxergar o mundo pela ótica do social-cristianismo, pela ótica do amor, da caridade e da verdade.

Queremos, então, dizer que esse partido vem ocupar um espaço neste País, que carecia de um partido com convicções, que defendesse esses valores de forma clara e objetiva no seu programa, no seu manifesto e no seu estatuto. O Brasil, neste momento, passa a ter um partido cuja inspiração, motivação, doutrina, princípios, conceitos e valores coincidem com a doutrina social-cristã. Sabemos que existem outras siglas que têm essa aparência. Não queremos contestá-las, mas queremos reafirmar que, no nosso estatuto, no nosso programa, no nosso manifesto constam a obrigação, o desejo e o compromisso de estarmos orientados pela doutrina social-cristã.

Gostaria de dizer que, no mês passado, participei, no Chile, de um encontro da Organização Democrata Cristã da América Latina que, em 1947, em Montevidéu, foi organizada com a intenção de congregar todos aqueles que se filiavam ao social-cristianismo, ao humanismo cristão. Estavam lá os brasileiros Alceu de Amoroso Lima e Tristão de Ataíde, este um grande brasileiro social-cristão, que foi o criador dessa entidade. Ao avaliarmos os 50 anos daquela entidade, verificamos os grandes frutos que produziu na América Latina. Pudemos, então, constatar que faltava ao Brasil - além de tantos partidos que têm contribuído para o desenvolvimento e as correções das desigualdades - alguém que tivesse essa inspiração social-cristã. Já verificamos as grandes transformações que o social-cristianismo já produziu no mundo, de modo especial na Europa, por meio de uma grande figura como Conrad Adenauer. Se, hoje, a Europa está unificada, deve-se muito a esse homem chamado Conrad Adenauer, que era um cristão autêntico, um social-cristão por convicção.

Portanto, o Brasil passa a ter, desde o dia 20/4/97, um partido que defende esses valores, que tem compromisso com essa bandeira. Queremos, com toda a humildade, porque reconhecemos as nossas incapacidades e fragilidades, ser a possibilidade dessa alternativa, para que o povo brasileiro possa discutir. Se vamos ser vitoriosos, isso é outra questão, pois queremos oferecer a oportunidade de nossas convicções pessoais fundamentadas no direito, na justiça, na solidariedade, nos princípios que defendemos, como a primazia do trabalho sobre o capital, da dignidade do homem, pois ele é imagem e semelhança de Deus. Por esses princípios e outros que defendemos, acreditamos poder oferecer a este País essa alternativa de transformação à luz desses valores nos quais acreditamos.

Sr. Presidente, as nossas palavras são essas. Acreditamos que o nosso País precisa de alternativas. Queremos ser um partido que irá discutir com a sociedade. Acreditamos na democracia, acreditamos na participação popular, acreditamos que uma sociedade precisa se organizar por meio da sociedade de corpos intermediários. Por isso, estamos defendendo essa idéia. Neste momento, concedemos um aparte ao nobre Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado (Em aparte) - Muito obrigado, nobre Deputado Miguel Martini. Eu gostaria de parabenizá-lo. Ontem, apesar de não ter podido participar muito tempo do encontro, pude perceber a seriedade com que o assunto está sendo discutido. As pessoas que conhecem o Evangelho sabem e têm a responsabilidade, como dizia Mateus, de ser sal e luz. Espero que o Partido Solidarista Nacional venha contribuir com a sociedade, sendo o sal e a luz que vêm nos ajudar. Dentro desse cenário, respeitamos todos os posicionamentos e entendo o trabalho sério da forma como ele está sendo constituído e criado por meio de formação, que é fundamental para o povo brasileiro. Os partidos políticos têm responsabilidade muito grande de informar as pessoas. Entendemos que os partidos não podem filiar as pessoas só para que disputem cargos no processo eleitoral, mas porque elas têm que ter uma vida de formação sadia e realmente cristã.

Parabenizo-o e espero que tenhamos outros momentos para aprofundar esse debate e esse intercâmbio, tão importantes para o crescimento de todos nós que conhecemos o Evangelho e, acima de tudo, lutamos pela justiça social neste País. Muito obrigado e parabéns por esse trabalho que vem desenvolvendo, e que V. Exa. possa realmente continuar dentro dessa linha filosófica.

O Deputado Miguel Martini -Agradecemos ao Deputado Gilmar Machado, que é um dos grandes Deputados desta Casa, combativo, sempre atuante e atento aos problemas sociais.

O Deputado João Leite (Em aparte)* - Deputado Miguel Martini, já tive a oportunidade de me manifestar com relação à saída de V. Exa. do PSDB, na reunião da Bancada do partido, mas não poderia, nesta oportunidade, deixar de fazê-lo publicamente, dada a minha tristeza com a saída do nobre colega de partido.

V. Exa. é um parlamentar especial para mim, conforme verifiquei pelo trabalho de que participamos juntos dentro do PSDB, e sua saída para o Partido Solidarista Nacional é uma perda para todos nós.

Quero tornar público esse sentimento pela perda de um companheiro tão trabalhador e respeitado no PSDB, como V. Exa. tem sido até o momento. Mas, ao mesmo tempo, quero desejar sinceras felicidades para V. Exa. e esse novo partido em que está ingressando, um partido cristão, num tempo em que o nosso País tanto precisa de valores reais, quando as famílias estão desagregadas e as nossas crianças sendo abandonadas.

Desejo ao meu amigo e companheiro Deputado Miguel Martini todas as felicidades e o mesmo desempenho parlamentar que teve no PSDB, e que o seu novo partido venha trazer grande contribuição para o Estado e o País. Um abraço e votos de felicidades para o senhor e para esse partido que surge.

O Deputado Miguel Martini - Do Deputado João Leite só poderia esperar esse pronunciamento sincero. V. Exa. é um homem que tem sido nesta Casa testemunho autêntico dos valores cristãos, não só por seus princípios éticos e morais, mas também por sua atuação, pelo trabalho incansável em busca da justiça e do bem comum. Honram-me muito as suas palavras e fico-lhe muito grato, porque sei que elas vêm de um coração generoso e bom. Muito obrigado.

O Deputado Leonídio Bouças (Em aparte)* - Gostaria de cumprimentar V. Exa. nesta oportunidade, pela realização do seminário acontecido ontem, que culminou com a sua filiação ao Partido Solidarista Nacional.

O que presenciamos ali, na tarde de ontem, foi um acontecimento de grande importância, e quero parabenizar V. Exa. pela coragem da mudança, num momento em que se consagra com destaque entre os Deputados tucanos nesta Casa e em que está à frente de uma das comissões mais importantes, que é a de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Mesmo estando bem alojado e com destaque especial no PSDB, V. Exa. assume no Estado de Minas Gerais a posição de Deputado de um partido novo. Como disse o Presidente Nacional do PSN, Dr. Phillipe Guedon, no início da noite de ontem, o PSN pretende ser mais um partido que busca o bem-estar, priorizando os valores sociais dos cristãos. V. Exa., que é esse Deputado destacado desta Casa, certamente alcançará com sucesso o intuito de formar e fazer crescer o PSN em todo o Estado de Minas Gerais e também no Brasil. Parabéns a V. Exa. Conte conosco para o que der e vier, mesmo estando em outro partido. Temos plena convicção de que todos nós, juntos, mesmo em partidos diferentes, devemos nos unir para enfrentar grandes desafios, para os quais o povo brasileiro espera que encontremos soluções. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Miguel Martini - Quero agradecer mais uma vez ao Deputado Leonídio Bouças, pela presença nos dois eventos de ontem e por essas palavras tão sinceras e generosas. Confirmando o que V. Exa. disse e o que disse o nosso Presidente na noite de ontem. Acreditamos no pluripartidarismo. Democracia é multiplicidade de idéias, de propostas e, acima de tudo, de partidos fortes e coerentes, por meio dos quais conseguiremos as transformações. Ninguém é dono da verdade, nem queremos sê-lo, muito menos nós. Queremos somar com os demais partidos, com as demais propostas doutrinárias e ideológicas atualmente existentes em nosso País, para que, juntos, esses homens de bem, de boa vontade, que buscam o bem comum, cheguem ao objetivo de oferecer ao futuro dos nossos filhos e dos nossos netos um País melhor, onde haja menos desigualdade, onde haja justiça, onde todos sejam iguais perante a sociedade, onde haja possibilidade de todos se realizarem, trabalharem e encontrarem seu desenvolvimento pleno. Por isso agradeço a V. Exa. e aos demais pares desta Casa. Concluo dizendo que queremos, desde ontem, ser essa bandeira, somando com todos os outros que buscam a mesma coisa, que buscam o bem comum e uma sociedade mais feliz. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

275ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 1º/7/97

O Deputado Cleuber Carneiro - Sr. Presidente, Srs. Deputados; presidindo a Casa, participei das "démarches", dos entendimentos e de todo o processo relativo aos episódios marcantes dos últimos e dolorosos dias vividos por Minas. E é nessa condição que falo hoje aos meus pares e ao nosso povo, num testemunho e numa reflexão, que, obrigatoriamente, temos de fazer.

Quando os notáveis da Comissão Afonso Arinos, encarregada da elaboração do anteprojeto da Constituição Federal, cogitaram de extinguir as Polícias Militares, em Minas Gerais levantou-se um brado altissonante: "A Polícia Militar de Minas é intocável". A reação candente era a síntese da solidariedade do povo mineiro à instituição que está incrustada na sua história como participante ou modeladora dos fatos que mais a enobreceram; à corporação presente na gênese e no desenvolvimento social das comunidades mineiras como mantenedora da ordem pública e da segurança dos cidadãos e como elemento indissociável da sua vida cotidiana. Aquela época, pesquisa realizada e depois repetida, em cada Estado, por credenciados órgãos da imprensa nacional comprovava que a PMMG era, com alto índice de superioridade sobre as demais, a que ostentava, em todo o Brasil, o maior grau de estima e confiabilidade. Com a mesma altivez com que as montanhas de Minas compõem a sua paisagem física, a PMMG integra a sua paisagem humana e social como símbolo da fidelidade aos mais caros valores do povo mineiro. Não é apenas o eficiente órgão de prestação de segurança e proteção, mas uma instituição amalgamada ao cotidiano de cada cidadão e do povo. Em cada rincão do Estado, dia e noite, ao sol causticante, às intempéries do tempo, sempre se encontra a presença amiga e benfazeja do PM.

Em certos momentos da vida de pequenas comunidades mineiras, foi e ainda é o soldado o único representante da autoridade, da lei, da ordem e do direito. Pelo que tem de épico e inusitado aos olhos de hoje, quase desafia a credulidade afirmar que, até há pouco mais de meio século, longínquos pagos do nosso Estado, muitas vezes, somente eram alcançados pelos soldados neles destacados, após longa marcha, dias seguidos, a pé. Sobrevivem, ainda, no quadro de reformados da PMMG, esses agentes da construção de Minas, bandeirantes da ordem dos tempos heróicos.

Resumindo nossa sociologia política, sentenciava o Prof. Alberto Deodato, inesquecível mestre de tantas gerações, que "não há democracia sem o cabo de polícia". Na verdade, desde o píncaro da figura exponencial do alferes Tiradentes, patrono da Nação brasileira, ao soldado mais humilde, a PMMG, ao longo de bissecular existência, tem sido a fiadora da vida política e o esteio das instituições civis. Hoje, são tantas e multiplicadas as formas de sua atuação, que seria muito difícil, senão impossível, isolar alguma atividade na vida do Estado em que não se requisite a sua presença. Por isso mesmo, ela não pertence ao Governo, nem aos que a integram, nem a si mesma. Proclamo, com orgulho, que é patrimônio do povo mineiro. Cumpra a todos contribuir para que se mantenha incólume nos seus princípios e preservada na sua imagem.

Causa estremecimento, portanto, constatar que fatos atuais estariam ameaçando atingir sua estrutura moral, fíncada em quase dois séculos e meio de sacrifício, heroísmo, lealdade e disciplina. Por mais que se avaliem e se tenham em apreço os motivos dos fatos novos, não alcançam compreensão, nem encontram justificativa os atos que possam feri-la e contaminá-la. Por mais relevantes e justos que sejam ou possam ser os motivos invocados, nenhum absolve ou torna venial o grave pecado de macular as tradições da corporação que a fizeram tão respeitada e admirada em todos os tempos e circunstâncias.

"O homem vive no soldado com todos os direitos e deveres dos seus cidadãos" - dizia Esmeraldino Bandeira. O militar está sujeito às vicissitudes humanas, padece as carências das limitações financeiras para a manutenção da família e são legítimas as aspirações de uma vida situada em padrões dignos não só como retribuição pelo valor, risco e sacrifício da sua função, como também para que possa exercitá-la com equilíbrio, devoção e honestidade.

Distingue-se o militar do civil pelos limites que a sua condição lhe impõe. É, na essência, pela formação, vínculo e destinação, um cidadão diferente. O "estado militar" - isto é, a "condição de militar" - sujeita o indivíduo que dela se reveste à estrita observância de normas jurídicas, morais e até sociais que regem sua conduta, levando-o a forjar um sentido de vida nobre e elevado, baseado no acendrado espírito de abnegação, sacrifício e obediência. Impõe aos que se consagram à carreira militar obrigações rigorosas e restrições cuja estrita observância é indispensável à existência de uma disciplina enérgica, princípio vital que anima a alma das instituições armadas, capaz de atuar como núcleo cristalizador de toda sua estrutura.

Constitui a disciplina para o militar a primeira regra de vida. Não denigre quem a observa, pois é imposta pela condição escolhida, nem o afeta em sua inteireza de ser humano, em sua dignidade e em seus direitos como cidadão. A pronta obediência e o respeito aos superiores não estão sujeitos a julgamentos, por parte dos subordinados, das qualidades ou do valor da autoridade, ou a condicionamentos de qualquer natureza. Se assim não fora, cada um poderia atribuir-se razões subjetivas para atentar contra a disciplina e a hierarquia, sem as quais o corpo armado converte-se em bando. A essas normas sujeitam-se os militares de todos os graus, em qualquer condição, da ativa, reserva ou reformados. A patente, mesmo do mais alto posto, não outorga o poder de afrontar os princípios básicos da vida militar porque a eles estão todos igualmente jungidos, acima de quaisquer condições pessoais. Ao contrário, o dever do exemplo reforça-lhe a obrigação de preservá-los, porque, se o superior atenta contra eles sob a invocação de motivos supostamente convincentes, os de menor grau hierárquico poderiam igualmente valer-se das mesmas justificativas para atos de insubordinação, e todos se lançariam na vala comum da indisciplina e do desvalor. Mesmo pessoas à periferia da vida militar se animariam à intromissão em assuntos internos, diminuindo a autoridade e a respeitabilidade daqueles a quem cabe a responsabilidade de considerá-los e equacioná-los.

Em determinado momento, até os motivos mais ponderáveis poderiam comprometer-se ante a exaltação mal conduzida ou ao cultivo do vedetismo ou a vinculação a projetos personalíssimos em favor dos quais as mais nobres causas ou as razões mais ponderáveis podem ser manipuladas com o comprometimento de todos. Não se ajusta, pois, ao militar a postura reivindicatória do líder sindical, nem se lhe assenta a desenvoltura pública do político. A forma e os canais pelos quais devem ser conduzidos os justos reclamos dos seus interesses e a manifestação de suas inquietudes devem ser, necessariamente, impessoais, sempre respeitosos dos preceitos regulamentares. Só por essa via se reforça a unidade, se unifica a ação e lhe dá força e teor moral.

Srs. Deputados, essas considerações me vêm, neste momento de apreensão, autorizadas pela experiência vivida na Constituinte mineira, quando, no exercício da Presidência da comissão temática incumbida da elaboração do relatório a respeito das questões ligadas ao capítulo da segurança pública, pude aquilatar pessoalmente a excelência da estrutura operacional e profissional da Polícia Militar, muito acima do que o mais favorável julgamento me autorizava supor, deixando-me profundamente impressionado e acentuando-me a certeza de que, com a relevante contribuição da admirável Polícia Civil, o povo mineiro tem motivo para confiar nos seus órgãos de segurança. Exorto, portanto, as autoridades, os organismos públicos e privados, as lideranças responsáveis da sociedade, a imprensa e o povo a que façam meditada reflexão sobre as conseqüências imprevisíveis para as instituições civis e a vida política do Estado e nacional se a PMMG tiver suas bases morais destruídas.

Todos esses motivos autorizam-me a fazer a advertência, séria e grave, de que, nesse momento de afirmação da vida democrática, não se pode causar maior mal a Minas Gerais e ao Brasil do que contribuir, de alguma forma, para que os alicerces e o prestígio da Polícia Militar, edificados secularmente por exemplo de abnegação, serviço e grandeza, sofram atentados. A todos, sob pena de criminosa omissão e descomprometimento com o nosso destino, incumbe o dever de atuar para que, acima de quaisquer considerações ou motivos invocados, prevaleça o estado de direito, que pressupõe a ordem e o respeito à Constituição, às leis e às autoridades constituídas. Louve-se a atitude do Governador Azeredo, que, com paciência e alta dose de democracia, conduziu todo esse processo. Interpretando, assim, os sentimentos do povo mineiro, reafirmo que a PMMG é intocável, já que é patrimônio inalienável de todos nós. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Romeu Queiroz, Srs. Deputados, profissionais da imprensa, antes de abordar propriamente os temas de hoje, gostaríamos de cumprimentar o Deputado Cleuber Carneiro por sua posição equilibrada, por seu discurso que reflete exatamente a importância do momento que o

Estado de Minas está vivendo. V. Exa. foi muito feliz no seu pronunciamento, pois mostra e espelha tranqüilamente a posição desta Casa Legislativa, quando todos esperamos, acima de tudo, a seriedade e a sobriedade que o momento exige não só das autoridades do Poder Executivo como também do Poder Legislativo, em favor do povo e da sociedade mineira. Parabéns, Deputado Cleuber Carneiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na semana passada, estivemos em Brasília acompanhando alguns temas e fazendo algumas reivindicações importantes para o nosso Estado, especificamente para o Norte de Minas, em companhia do Deputado Federal Fernando Diniz. Entre os vários assuntos que abordamos com os Ministérios dos Transportes e da Saúde, gostaríamos de comentar dois temas que se sobressairam e que representam, acima de tudo, alguns investimentos importantes para o Norte de Minas. O primeiro deles refere-se ao projeto de lei que trata da inclusão dos municípios do vale do Jequitinhonha na Área Mineira da SUDENE.

Assistimos a uma cena inédita na Câmara Federal, uma cena que nunca aconteceu e que tampouco vai se repetir: a derrota da Bancada de Deputados Federais do Nordeste brasileiro para os Deputados de Minas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. O projeto estava em pauta para ser votado na quarta-feira próxima passada e, por indicação da Liderança do PFL, por meio do Deputado Inocêncio de Oliveira, foi apresentado requerimento sugerindo a prorrogação e a postergação da votação da inclusão do vale do Jequitinhonha na Área Mineira da SUDENE. Pela primeira vez na história daquela Casa, os Deputados Federais de Minas Gerais impuseram à bancada nordestina esmagadora derrota de 268 votos a 107, e o projeto não pôde ser prorrogado da forma como a bancada nordestina queria. O projeto vai entrar em votação a partir da primeira semana de agosto e aí, sim, será necessária a presença marcante e maciça dos nossos parlamentares.

Gostaria, Sr. Presidente, de destacar, entre outros, a figura do Deputado Federal Aécio Neves, Líder do PSDB; do Deputado Federal, pelo PMDB, Fernando Diniz; do Deputado Federal, pelo PT, Nilmário Miranda, e do Deputado Federal, pelo PTB, Paulo Heslander, que agiram no momento certo, com muita força, com muita personalidade e conseguiram convencer os outros Deputados a votarem a favor da inclusão do vale do Jequitinhonha na Área Mineira da SUDENE.

Mas houve um aspecto negativo desse episódio. Nenhum Prefeito, nenhum Vereador do vale do Jequitinhonha estiveram presentes na Câmara Federal em defesa desse projeto, que é de suma importância para essa região do Estado de Minas Gerais. Paralelamente a essa votação, estava acontecendo a votação de um outro projeto que previa a união civil de pessoas do mesmo sexo. E aí, sim, estiveram presentes centenas de pessoas interessadas em sua aprovação, fazendo um verdadeiro "lobby" junto aos Deputados Federais, fazendo uma grande pressão sobre a Câmara dos Deputados. Eram pessoas interessadas na votação de projetos que previam a união de homossexuais. E o projeto, que é de interesse de Minas, que é de interesse de dezenas de municípios do vale do Jequitinhonha, esse vale tão explorado politicamente, essa região pobre, que tem na sua inclusão na Área Mineira da SUDENE uma das poucas oportunidades de darmos àquelas pessoas os verdadeiros títulos de "cidadãos brasileiros".

O Deputado Wilson Pires (Em aparte) - Agradeço ao Deputado Carlos Pimenta a concessão desse aparte.

Gostaria de fazer algumas colocações antes de V. Exa. concluir seu ponto de vista. O projeto que inclui o vale do Jequitinhonha na área da SUDENE, feito pela Senadora Júnia Marise, é excludente. O vale do Mucuri ficou, mais uma vez, esquecido. E o vale do Mucuri mantém as mesmas características do vale do Jequitinhonha, não só climáticas e territoriais como também os mesmos problemas de ordem social. Gostaria de dizer-lhe que essa exclusão, que a Senadora faz em seu projeto, vem de encontro aos anseios do povo daquela região. O Deputado Aécio Cunha, que foi o representante legítimo dos vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus, através de projeto, tentou incluir essas regiões na área da SUDENE sem sucesso. Quero dizer a V. Exa. que tentaremos, junto com um grupo de pessoas que lutam pela região, mobilizar a vontade da Senadora ou encontrar algum Deputado que queira apresentar uma emenda nesse projeto, em Plenário, para que se faça justiça àquela região tão desassistida, que é a região do Mucuri. Aqui defendi a inclusão do vale do Jequitinhonha na SUDENE, tendo sido o primeiro Deputado a assinar a solicitação feita pela brava Deputada do PT, Maria José Hauzeisen, acompanhado por esses valentes Deputados do Norte de Minas, dos quais faz parte V. Exa. Gostaria de solicitar-lhe que envidasse esforços em benefício, também, do vale do Mucuri. Vamos fazer justiça. Vamos mostrar à bancada dos nordestinos que o Brasil precisa diminuir as desigualdades existentes entre as regiões, e só através de recursos da SUDENE aplicados na geração de empregos é que poderemos fazer essa transformação. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço o aparte de V. Exa. e queria, complementando o meu raciocínio e o raciocínio do Deputado Wilson Pires, dizer que, muitas vezes, na vida pública ou na iminência de uma grande conquista, é necessário que não só nós, lideranças regionais, Deputados, Governadores, possamos fazer o encaminhamento da defesa de situações iguais a essa, que presenciei em Brasília. É necessária a participação do povo. Já se foi o tempo em que as coisas caíam de mão beijada. Acho que todas as grandes conquistas são talhadas em cima de um trabalho sério e persistente e com o respaldo popular. Sentimos tristeza, Wilson Pires, ao presenciar esse momento histórico para o Vale do Jequitinhonha e notar as galerias totalmente abandonadas, sem a presença de um só Prefeito e do Poder Legislativo daquela região, nas pessoas dos Vereadores locais.

Acho que muitas vezes o estímulo do Deputado Estadual e Federal tem um certo limite. Se não há o respaldo, o acompanhamento, a pressão e a busca da população por melhores condições de vida, chega-se a um ponto em que não podemos mais culpar os parlamentares federais. Presenciei essa cena e vi a dura luta dos partidos políticos nas pessoas das lideranças do Estado de Minas Gerais. Vi o Deputado Aécio Neves rebelando-se contra os seus comandados do Nordeste; o Deputado Fernando Diniz fazendo um apelo veemente à Bancada do PMDB e aos seus Deputados do Nordeste, mostrando que Minas Gerais, a Minas do Vale do Jequitinhonha, é a mesma Minas da pobreza do Nordeste brasileiro, mas não vi as galerias atuando em função dessa reivindicação. Por isso mesmo faço este apelo. Vamos fazer uma correspondência a cada Prefeito do Vale do Jequitinhonha, a cada Vereador para que possam assumir a sua parcela de responsabilidade e possam lutar as galerias da Câmara Federal, em defesa dessa reivindicação, que é a mais legítima possível, porque, se não, o Vale do Jequitinhonha continuará sendo o vale da exploração política, das caravanas demagógicas, para poder exaltar apenas a pobreza daquela região e nunca mostrar que é uma região rica, de grande potencial; citamos como exemplo a construção da barragem de Irapé, que foi proposta na audiência pública de Cristália, neste fim de semana.

Termino meu pronunciamento, Sr. Presidente, até mesmo emocionado, neste momento, ao usar a tribuna da Assembléia Legislativa e dizer que o Governador de Minas é um homem que luta para diminuir as desigualdades e injustiças em todas as partes do Estado, e que esta Casa é solidária ao trabalho do Sr. Governador. Fazemos coro à bancada dos Deputados Federais, mas é necessário também que a população, os Prefeitos e os Vereadores assumam as suas responsabilidades, ajudem o Governador Eduardo Azeredo, ajudem o Estado, propondo ações políticas, principalmente neste momento difícil por que passa o nosso Estado e o nosso grande Governador. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, presentes nas galerias, imprensa, ocupo a tribuna nesta tarde para fazer um comentário a respeito da entrevista concedida pelo Governador do Estado, Eduardo Azeredo, ao órgão oficial da imprensa do Estado, o "Minas Gerais." Acho que todos viram essa entrevista, que foi publicada no sábado, dia 28 de junho. Gostaríamos de comentar sobre essa entrevista que S. Exa. o Governador concedeu, avaliando a crise que o Governo teve com a Polícia Militar. Ao mesmo tempo, S. Exa. fez uma avaliação sobre a situação financeira do Estado.

É interessante, porque quando ocupamos a tribuna por algumas vezes aqui e dissemos que a situação financeira do Estado era difícil, que a renegociação da dívida não era a melhor, que tínhamos perdido dinheiro com a Lei Kandir e que o Governo do Estado também estava abrindo mão do FEF, alguns Deputados disseram que estávamos equivocados. Disseram que estávamos aumentando, que não tínhamos os números reais e estávamos falseando. Tive até um debate áspero com o Secretário da Fazenda, João Heraldo Lima, nas comissões técnicas. Tive ainda um debate rispido com o Secretário Cláudio Mourão, na última vez que S. Exa. esteve na Casa, durante a tramitação do projeto que autorizava o Governador do Estado a fazer ajustes nos salários. S. Exa. disse que eu estava inventando e que o Governo tinha ganho dinheiro com a Lei Kandir. E disse ainda que não perderíamos nada com o FEF.

Leio a entrevista do Sr. Governador e noto que S. Exa. fala que o Estado está perdendo dinheiro e que só a Lei Kandir, por exemplo, tirou R\$400.000.000,00 de Minas. É preciso fazer uma correção para o Sr. Governador - parece que os Srs. Secretários não tiveram tempo de passar os dados corretos a ele. O Governo perde R\$400.000.000,00, mas recebe uma reposição de cerca de R\$12.000.000,00 ao mês do Governo Federal, perfazendo R\$140.000.000,00 anuais. Conforme o Governador disse: "Há dois anos e meio, falamos nela, e nada sai. A única mudança substancial até agora foi o fim do imposto sobre exportação, que gerou ônus para os Estados. Minas Gerais perdeu R\$400.000.000,00 por ano com o fim do imposto. Isso para quê? Para dar estabilidade ao real, para a economia brasileira. Quer dizer, os Estados já fizeram tudo o que podiam fazer". São palavras do Governador do Estado, Eduardo Azeredo.

Perguntaria ao Deputado Miguel Martini, que na época disse que não haveria perda - ele deve estar em reunião de comissão, espero que depois S. Exa. me responda. Solicitaria também ao Deputado Arnaldo Penna, Líder do PSDB, que explicasse ao povo de Minas essa situação.

Naquela oportunidade, dizíamos que o Governo estava abrindo mão de receita e que não podíamos ficar aqui votando apressadamente. Gostaria de saber por que o Governador do Estado, naquela época, mandou que se votasse o projeto em regime de urgência. Agora o Governo fica chorando. Antes de fazer as coisas, o Governador deveria pensar. Tudo bem ficar reclamando depois. Concorro com S. Exa., agora sim. Ele está fazendo o que queremos que fizesse como Governador do Estado. O Governador está levantando a cabeça, a

cabeça do povo mineiro para dizer que o Governo Federal não pode continuar esmagando os Estados e municípios. Temos que fazer um trabalho contra a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal. Os servidores públicos não agüentam mais pagar essa conta. Não podemos deixar o servidor continuar pagando essa conta. No entanto, o Governo do Estado está abrindo mão de receita. São palavras do Governador do Estado. Mas quem assim o quis foi S. Exa., que enviou o projeto para ser aprovado apressadamente pela Casa.

Gostaríamos de discutir essas questões com os técnicos do Governo. Não somos contra os técnicos. Eles são fundamentais para nos assessorar e ajudar. A Assembléia Legislativa tem técnicos muito competentes. Infelizmente, os técnicos que estão assessorando o Governador do Estado, e entre eles os Secretários da Administração e da Fazenda, foram incompetentes e orientaram mal quando pediram que votássemos - mas a Bancada do PT votou contra - a favor de que o Estado abraze mão de receita. Agora, o Estado, em virtude de passar por dificuldades, está apertando e arrocando cada vez mais a vida dos servidores.

Para encerrar, eu gostaria de conchamar os Deputados e as Deputadas para discutirmos a situação financeira do Estado. Ela é grave. A renegociação da dívida foi ruim, e agora o Governo quer negociar, quer mudar. Eu me senti constrangido, porque o Governador Eduardo Azeredo está recebendo um "não" do Secretário Administrativo do Ministério da Fazenda. Apesar de todo o respeito que tenho pelo Secretário, Sr. Pedro Parente, apesar de todo o respeito que tenho por um técnico, por um funcionário de carreira do terceiro escalão, colocado pelo Governo Federal, o Governador de Minas deve conversar diretamente com o Ministro da Fazenda, não deve se sujeitar a outros funcionários. Ele deve conversar direto com aquele que decide, não pode ficar de joelhos diante de um Assessor do Ministro, que disse que não irá mexer em nada, a fim de continuar penalizando a nossa economia e o povo de Minas.

Portanto, conchamo esta Assembléia Legislativa a tomar uma posição, pois não podemos deixar que um Secretário do Ministério da Fazenda diga um "não" ao Governador de Minas, que é o segundo Estado da Federação. Precisamos negociar com quem decide, isto é, o Presidente da República ou o Ministro da Fazenda. O Governador do Estado deve ter mais ousadia, não pode se sujeitar a esse tipo de situação. Por isso é que criticamos. O Governador é muito tímido, ele não consegue colocar Minas Gerais no lugar que o nosso Estado merece. Fico feliz porque, pelo menos, os tucanos estão abrindo o bico. Isso já é alguma coisa, pois já estamos ganhando mais gente para nos ajudar a dizer ao Governo Federal que a política está equivocada e que é necessário fazermos ajustes, modificações. No entanto, o Governador não pode continuar se sujeitando a receber ordens de funcionários de segundo e terceiro escalões. Ele deve ir direto ao Ministro e dizer que essa situação deve mudar.

Para encerrar de vez, eu gostaria de dizer que hoje vamos iniciar as negociações salariais dos servidores públicos. Espero, sinceramente, que os Secretários Agostinho Patrús, João Heraldo e Cláudio Mourão, a comissão de Deputados e os servidores públicos possam estabelecer uma negociação séria a respeito do salário, sem essa idéia de abono de R\$45,00. Precisamos de uma política salarial clara, com ajustes, que acabe com as distorções. Portanto, espero que o Governo do Estado tenha aprendido, que ele não espere a morte de uma professora, de um médico, de um enfermeiro ou de qualquer servidor para depois negociar. Vamos trabalhar agora. Estamos fazendo um alerta. Não vamos esperar a greve geral a partir de 20 de agosto. Vamos começar a resolver os problemas agora, porque depois que acontecerem manifestações e tragédias não irá adiantar reclamar e chorar o leite derramado. Temos de discutir agora. Temos tempo, temos condições, e o Governo que me desculpe, pare de abrir mão de receita, porque, assim, irá sobrar dinheiro para fazer uma negociação séria com os servidores.

É esse o alerta que gostaríamos de fazer. Queremos dizer que essa entrevista foi extremamente esclarecedora, e o dinheiro existe. No entanto, o Governador do Estado não pode ficar abrindo mão para o Governo Federal a fim de garantir a estabilidade da moeda. É preciso haver estabilidade, mas ela não pode significar o sacrifício dos nossos servidores públicos.
Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 9/7/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.425, de 1997, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Roberto

nomeando Anita Machado de Melo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 00446 - Valor: R\$6.452,00.

Entidade: Augusta Respeitavel Loja Maconica Sol Nascente No. 144 - Guanhaes.

Deputado: Olinto Godinho.

Convênio Nº 00447 - Valor: R\$4.425,00.

Entidade: Associacao Mineira Paraplegicos - Belo Horizonte.

Deputado: Jose Henrique.

Convênio Nº 00448 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Carangola - Carangola.

Deputado: Sebastiao Costa.

Convênio Nº 00449 - Valor: R\$10.300,00.

Entidade: Associacao Moradores Dr. Sa Fortes - Antonio Carlos.

Deputado: Jose Bonifacio.

Convênio Nº 00450 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Obras Paroquia Nossa Sra. Gracas - Mantena.

Deputado: Ermano Batista.

Convênio Nº 00451 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Itacambira - Itacambira.

Deputado: Carlos Pimenta.

Convênio Nº 00452 - Valor: R\$3.800,00.

Entidade: Caixa Escolar Dom Pedro I - Machado.

Deputado: Jorge Eduardo.

Convênio Nº 00453 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Fundo Cristao Crianca - Belo Horizonte.

Deputado: Joao Leite.

Convênio Nº 00454 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Sociedade Surdos Belo Horizonte - Belo Horizonte.

Deputado: Joao Batista Oliveira.

Convênio Nº 00455 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Beneficente Moradores Municipio Abaete - Abaete.

Deputado: Cleuber Carneiro.

Convênio Nº 00456 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Beneficente Moradores Municipio Abaete - Abaete.

Deputado: Bilac Pinto.

Convênio Nº 00457 - Valor: R\$13.000,00.

Entidade: Associacao Mineira Gerenciamento Organizacao Social - Belo Horizonte.

Deputado: Paulo Schettino.

Convênio Nº 00458 - Valor: R\$3.500,00.

Entidade: Caixa Escolar Maria Carmo Prado Moraes - Paraguacu.

Deputado: Jorge Eduardo.

Convênio Nº 00459 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Cruzeiro Futebol Clube - Tres Coracoes.

Deputado: Ailton Vilela.

Convênio Nº 00460 - Valor: R\$4.000,00.

Entidade: Casa Memoria Vale Sao Francisco - Januarua.

Deputado: Cleuber Carneiro.

Convênio Nº 00461 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Caixa Escolar Sao Jose Pedro Leopoldo - Pedro Leopoldo.

Deputado: Marcelo Goncalves.

Convênio Nº 00462 - Valor: R\$5.040,00.

Entidade: Associacao Mulher Salinense - Salinas.

Deputado: Pericles Ferreira.

Convênio Nº 00463 - Valor: R\$3.500,00.

Entidade: Associacao Comun. Nossa Senhora Lourdes - Mateus Leme.

Deputado: Dinis Pinheiro.

Convênio Nº 00464 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Fundacao Educacional Clarice Albuquerque - Montes Claros.

Deputado: Jose Militao.

Convênio Nº 00465 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Felixlandia - Felixlandia.

Deputado: Francisco Ramalho.

Convênio Nº 00466 - Valor: R\$2.500,00.

Entidade: Associacao Esportiva Nova Estrela - Campanha.

Deputado: Ailton Vilela.

Convênio Nº 00467 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Nossa Senhora Lourdes - Mateus Leme.

Deputado: Francisco Ramalho.

Convênio Nº 00468 - Valor: R\$3.500,00.

Entidade: Associacao Pais Amigos Excepcionais - Caete - Caete.

Deputado: Ronaldo Vasconcellos.

Convênio Nº 00469 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Conselho Municipal Desenv. Arceburgo - Arceburgo.

Deputado: Wilson Pires.

Convênio Nº 00470 - Valor: R\$6.886,00.

Entidade: Caixa Escolar Governador Bias Fortes - Santos Dumont.

Deputado: Luis Fernando Faria.

Convênio Nº 00471 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associacao Moradores Bairros Jordania - Jordania.

Deputado: Maria Jose Hauelsen.

Convênio Nº 00472 - Valor: R\$15.700,00.

Entidade: Uniao Moradores Vila Boa Vista - Contagem.

Deputado: Wilson Pires.

Convênio Nº 02705 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Obra Social Santa Clara - Juiz Fora.

Deputado: Sebastiao Helvecio.

ERRATAS

parecer de redação final do projeto de lei nº 774/96

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 3/7/97, pág. 29, col. 2, onde se lê:

"Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.", leia-se:

"Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário."

Parecer de redação final do projeto de lei nº 1.183/97

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 9/7/97, na pág. 26, col. 4, substitua-se o Anexo II pelo que se segue, ficando sem efeito as erratas relativas à referida matéria publicadas na edição de 11/7/97, pág. 28, col. 1 e na edição de 12/7/97, pág. 35, col. 1.

anexo ii

(a que se refere o art. 22 da Lei nº, de de de 1997)

anexo xxii

(a que se refere o art. 2º da Lei nº 10.623, de 16 de janeiro de 1992)

instituto estadual de florestas - ief

Unidade Administrativa	Denominação do Cargo	Número de Cargos	Fator de Ajustamento
Diretoria Geral	Diretor-Geral	01	1,85057
Diretoria de Administração e Finanças	Diretor	01	1,57298
Diretoria de Desenvolvimento Florestal Sustentável	Diretor	01	1,57298
Diretoria de Proteção à Biodiversidade	Diretor	01	1,57298
Diretoria de Monitoramento e Controle	Diretor	01	1,57298
Diretoria de Gestão da Pesca	Diretor	01	1,57298
Gabinete	Chefe de Gabinete	01	1,43418
Auditoria Interna	Auditor-Chefe	01	1,43418
Assessoria de Planejamento e Coordenação	Assessor-Chefe	01	1,43418
Assessoria Jurídica	Assessor-Chefe	01	1,43418
Assessoria de Comunicação Social e Educação	Assessor-Chefe	01	1,43418

Ambiental			
-----------	--	--	--